

A. I. Nº - 149269.0001/05-6
AUTUADO - IMPETROL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
AUTUANTE - LELITA VIEIRA TIGRE DA SILVA
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 08. 09. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0300-04/05

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) ENERGIA ELÉTRICA. **b)** SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO. No período abrangido pela ação fiscal, a legislação tributária estadual não permitia a utilização de tais créditos fiscais. Infrações subsistentes. **2. IMPORTAÇÃO. ERRO NA DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. DESPESAS ADUANEIRAS. FALTA DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO.** Exigência fiscal embasada no art. 58 do RICMS/BA. **3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA TRIBUTÁVEL.** Multa de 10% do valor comercial da mercadoria. Infração confirmada. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/03/2005, exige ICMS e aplica multa no valor total de R\$11.981,39, em decorrência das seguintes irregularidades:

- 1 – Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$1.632,79, relativo a aquisição de energia elétrica, no período de janeiro a novembro de 2001, conforme demonstrativo anexo.
- 2 - Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$7.576,48, relativo a aquisição de energia elétrica, no período de janeiro a novembro de 2001, conforme demonstrativo anexo.
- 3 – Recolheu a menos ICMS, no valor de R\$2.700,72, em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto, nas importações de mercadorias nos exercícios de 2001 e 2002, conforme planilhas anexas.
- 4 – Multa de 10%, no valor de R\$71,40, por ter dado entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

O autuado apresentou defesa, às folhas 188/190, inicialmente transcrevendo as infrações e comentando que o Estado é “leonino e insaciável deste Brasil, país da maior carga tributária do mundo”.

No tocante as infrações 01 e 02, aduz que a legislação estabelece o direito ao crédito sobre energia elétrica e comunicação. Diz que exerce atividade industrial, requerendo prova pericial para provar, sob pena de cerceamento do seu direito de defesa.

Em relação a infração 03, alega que, se erro existe, esse é da autuante ao “tentar” que o referido tributo incida sobre os demais custos decorrentes do desembaraço aduaneiro, além do valor da mercadoria adquirida no exterior.

Quanto a infração 04, diz que houve descuido por parte da autuante, pois a nota fiscal encontra-se registrada conforme prova folha do livro razão que estaria anexando.

Ao finalizar, requer a procedência parcial do Auto de Infração.

A autuante, fl. 198/201, ao prestar a informação fiscal, ressaltou que os argumentos apresentados pela defesa não apresentam elementos capazes de justificar sua pretensão.

Quanto as Infrações 01 e 02, esclarece que os créditos de energia elétrica e do serviço de comunicação foram vedados a partir de 01/01/2001, de acordo com a alteração nº. Dec. nº 7886. Presume que a defendente sequer consultou o RICMS/97, tendo argüido o direito ao crédito com base em legislação já alterada, na época dos fatos geradores.

Em relação a infração 03, assevera que o contribuinte, mais uma vez, não consultou o RICMS/97 para elaborar a defesa, pois a base de cálculo nas operações de importações está prevista no art. 58, do referido regulamento.

Relativamente a infração 04, destaca que o autuado não acostou aos autos cópia do suposto livro razão, no qual estaria escriturada a nota fiscal objeto da lide.

Ao finalizar, opina pela manutenção da autuação.

VOTO

Da análise das peças que compõem o presente PAF, verifico que a autuante imputa ao sujeito passivo 04 (quatro) irregularidades, as quais passo a analisar.

As infrações 01 e 02, imputam ao autuado a utilização indevida de crédito fiscal decorrente do consumo de energia elétrica e do serviço de comunicação, no período de janeiro a novembro de 2001.

Efetivamente, durante o período de novembro de 1996 até 31 de dezembro de 2000, a legislação tributária garantia o direito aos créditos objeto da presente lide. Entretanto, com a Alteração 21 do RICMS, Decreto Nº 7886/00, vedou os referidos créditos, durante o período de 1º de janeiro de 2001 até 31/12/06, existindo a previsão de retornar a utilizar a partir de 1º de janeiro de 2007, conforme abaixo transcrito:

“Art. 93. Constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subseqüentes e para fins de apuração do imposto a recolher, salvo disposição em contrário:

...

II - o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo às aquisições de energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento (Lei nº 7710/00):

...

b) nas hipóteses de entrada de energia elétrica nos estabelecimentos não indicados na alínea anterior:

1 - de 1º de novembro de 1996 a 31 de dezembro de 2000;

2 - a partir de 1º de janeiro de 2007.

...

II-A - o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo ao recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento (Lei nº 7710):

b) nas hipóteses de recebimento de serviços de comunicação utilizados pelos estabelecimentos não indicados na alínea anterior:

1 - de 1º de novembro de 1996 a 31 de dezembro de 2000;

2 - a partir de 1º de janeiro de 2007.”

Também, não pode ser acolhido o argumento defensivo de que exerce a atividade industrial, pois analisando as cópias do livro Registro de Apuração do ICMS, folhas 9 a 20, constatei que não existe nenhuma aquisição de produtos para industrialização dentro ou fora do Estado, todas as aquisições foram de mercadorias para revendas.

Assim, as infrações 01 e 02 restaram caracterizadas.

No tocante a infração 03, imputa ao autuado o recolhimento a menos do ICMS, em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto, nas importações de mercadorias nos exercícios de 2001 e 2002. Em sua defesa o autuado diz não existir amparo legal para que sejam incluídas as despesas aduaneiras na apuração da base de cálculo do ICMS devido sobre importação.

Entendo que o procedimento da autuante foi correto e encontra-se embasado nas planilhas acostadas aos autos do processo, tendo como base legal o artigo 58, inciso I, do RICMS/97, o qual transcrevo para um melhor entendimento:

“Art. 58. Observado o disposto no art. 52, a base de cálculo do ICMS nas entradas ou aquisições de mercadorias ou bens procedentes do exterior é:

I - no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior, a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante nos documentos de importação;

b) o Imposto sobre a Importação;

c) o Imposto sobre Produtos Industrializados;

d) o Imposto sobre Operações de Câmbio;

e) quaisquer outros impostos, taxas e contribuições, além de despesas aduaneiras cobradas ou debitadas ao adquirente, relativas ao adicional ao frete para renovação da marinha mercante, armazenagem, capatazia, estiva, arqueação e multas por infração;”

Logo, a infração 03 restou caracterizada.

Relativamente a infração 04, que imputa ao autuado a falta de registro da Nota Fiscal Nº 72.706, o autuado diz que estaria anexando a sua defesa cópia do livro Razão para comprovar que a mesma teria sido registrada. Entretanto, o autuado não acostou o referido documento, ficando seu argumento sem qualquer tipo de prova do suposto registro. Ressalto que o art. 123, do RPAF/99, assegura ao sujeito passivo o direito de fazer a impugnação do Auto de Infração, devendo a defesa ser acompanhada das provas que o contribuinte tiver, inclusive levantamentos e documentos referentes às suas alegações, haja vista que a simples negativa de cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de veracidade da autuação fiscal, conforme previsto no Art. 143, do mesmo regulamento.

Por sua vez, o inciso IX, do Art. 42, da Lei 7014/96, estabelece a multa específica de 10% do valor comercial do bem, mercadorias ou serviço sujeitos a tributação que tenham entrada no estabelecimento ou que por ele tenham sido utilizados sem o devido registro na escrita fiscal, dessa forma sobre os bens adquiridos e não registrados deve ser aplicada a multa de 10%, independente da intenção do autuado. Assim, entendo caracterizada a Infração 04.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **149269.0001/05-6**, lavrado contra **IMPETROL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.909,99**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” e II, “a”, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, mais a multa no valor de **R\$71,40**, prevista no inciso IX, do mesmo artigo e lei.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de agosto de 2005.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS DE CARVALHO - JULGADORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR